

## A Reforma Administrativa precariza o serviço público

### NOTA PÚBLICA REFORMA ADMINISTRATIVA

A ANFIP manifesta sua apreensão e preocupação com as mudanças propostas pelo governo federal que impactam de forma profunda e estrutural os serviços públicos no país. A Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, chamada de Reforma Administrativa, foi entregue ao Congresso Nacional nesta quinta-feira (3/8) e altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

O texto da PEC, inequivocamente, foi construído e anunciado sem diálogo e sem interlocução com as entidades representativas dos principais envolvidos e atingidos: os servidores públicos.

O governo, sem fundamentar seu projeto em evidências técnicas e estudos científicos, apresenta uma proposta sem qualquer embasamento responsável, onde os principais pontos são a extinção do Regime Jurídico Único (RJU) e o fim

da estabilidade dos servidores públicos.

Essa PEC, com viés eminentemente fiscalista, não traz qualquer melhoria para o serviço público. O texto apresentado fomenta a instabilidade e a precarização da administração pública, representando um retrocesso gigantesco, colocando por terra a perenidade do Estado brasileiro.

Ao invés de contribuir para a modernização do Estado e a melhoria das entregas por parte do serviço público, a proposta vai na contramão disto, em especial num momento em que a pandemia e a mais violenta crise sanitária do mundo mais exige do atendimento público, de nosso Sistema Único de Saúde e todos os demais setores diretamente envolvidos no atendimento à população.

A ANFIP defende um serviço público de qualidade, repudiamos esta proposta não ancorada em um processo de legitimação política, de consenso e

participação dos atores envolvidos que mantém privilégios de outros Poderes e massacra servidores da União, dos Estados, do DF e dos Municípios.

O projeto malfadado praticamente acaba com concursos públicos e favorece o clientelismo e a corrupção ao trocar pessoas técnicas e independentes por cargos políticos.

Defendemos, sem tréguas: a estabilidade para todos os servidores públicos, para evitar perseguições políticas, assédio institucional e moral e loteamento do Estado, remuneração adequada e condizente com as atribuições e responsabilidade e profissionalização e capacitação contínuas.

A estabilidade dos servidores públicos concursados não é privilégio, é garantia da sociedade e do Estado contra a corrupção e desmandos de governantes de plantão.

[Governo apresenta proposta de Reforma Administrativa](#)

**Página 3**

[Live – Série ANFIP debate projetos de Reforma Tributária](#)

**Página 5**

[Confira informações definitivas sobre execuções dos 3,17%](#)

**Página 6**

## Reforma Administrativa é um retrocesso, avaliam servidores do Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público



importante que precisa ser consultada, os servidores”, lamentou o parlamentar. Isso, segundo Israel Bastista, demonstra mais uma vez que o governo vai ser parcial. “A reforma é um passo atrás na nossa história. O Brasil presta um mal serviço justamente na ponta onde o servidor não tem vínculo efetivo e concreto”, enfatizou. “Municipiem a Frente com informações e estudos. Nesse momento, precisamos apresentar à sociedade o outro ponto de vista para que a gente equilibre o debate. Concordamos com a Reforma Administrativa, desde que ela seja equilibrada”, ressaltou.

Além da terceirização e do fim da estabilidade, as propostas apresentadas pelo governo abordam direitos já extintos para servidores da União, o que leva o Fonacate a avaliar que a reforma é endereçada, também, a estados e municípios. “A reforma não atende ao que o mercado esperava, que era uma reforma com corte de salários, apesar de deixar aberta essa possibilidade. A reforma vem endereçada a estados e municípios, já que mais da metade dos servidores estão nos entes federados”, afirmou Marques.

Um das principais críticas dos servidores é que até agora o governo não apresentou estudos de impacto para o serviço público nem para o próprio governo. “Não falam de quanto será economizado, assim como não há estudo sobre o que acarretará aos serviços prestados”, enfatizou Pedro Pontual, da Anesp.

O texto oficial da reforma, por meio de proposta de emenda à Constituição, foi entregue pelo governo ao Congresso Nacional. As entidades voltam a se reunir para delinear as ações a serem tomadas. O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Wilson Antonio Romero, também acompanhou a reunião.

Além de não apontar nenhum caminho para o aperfeiçoamento e a modernização do serviço público ou para a racionalização de gastos, a Reforma Administrativa apresentada pelo governo em coletiva de imprensa na quinta-feira (3/9) precariza a relação de trabalho ao permitir terceirizações e pôr fim à estabilidade e ao Regime Jurídico Único, considerando os servidores, novamente, apenas despesa do Estado.

Essas foram as principais críticas das entidades que representam servidores do Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, entre elas a ANFIP, integrantes do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), em reunião nesta quinta-feira.

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, acompanhou o debate e acredita que o enfraquecimento do serviço público representa perigo a toda sociedade, já que coloca em risco a prestação dos serviços, e, conseqüentemente, a própria função do Estado.

Conforme explicou Rudinei Marques, antevendo o avanço da reforma, o Fonacate se debruça ao tema desde o ano passado, elaborando estudos técnicos que estão sendo divulgados semanalmente por meio dos Cadernos de Reforma Administrativa. “A equipe econômica ainda não apresentou um projeto a nível nacional, apontando para o futuro. O governo continua vendo o serviço público apenas como despesa. Em relação ao divulgado, ficamos preocupados”, disse sobre a criação de vários segmentos de servidores, o que deixa o setor exposto à ingerência política, o que acarreta em mais fragilização.

O deputado Professor Israel Batista (PV/DF), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, considera que o governo é inoportuno ao mandar a proposta no momento em que o Congresso opera no modo emergencial. “O presidente Rodrigo Maia indica de maneira personalíssima o relator. O texto vai tramitar sem Comissão Especial para acompanhamento de PEC. Estamos falando de cerceamento do debate público. A proposta chega sem dar ouvidos a uma parte

### Expediente Linha Direta

**Linha Direta** é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.  
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907  
Telefone: (61) 3251-8100  
Whatsapp: (61) 98289-5150

**Linha Direta** é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: [comunicacao@anfip.org.br](mailto:comunicacao@anfip.org.br)

**DIRETOR RESPONSÁVEL**  
Benedicto Cerqueira Seba

**EDITOR**  
Ludmila Machado

**REPORTAGEM**  
Daiana Lima, Ludmila Machado e  
Thayná Cavalcante.

**ESTAGIÁRIO**  
Marina Rodrigues

**EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA**  
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

**CONSELHO EDITORIAL**  
Décio Bruno Lopes  
Eucélia Maria Agrizzi Mergár  
Crésio Pereira de Freitas  
José Arinaldo Gonçalves Ferreira  
Benedicto Cerqueira Seba  
Cesar Roxo Machado



[www.instagram.com/anfipnacional](https://www.instagram.com/anfipnacional)

[www.facebook.com/anfip.nacional](https://www.facebook.com/anfip.nacional)

[www.twitter.com/anfipnacional](https://www.twitter.com/anfipnacional)

[www.youtube.com/anfipoficial](https://www.youtube.com/anfipoficial)

## Governo apresenta proposta de Reforma Administrativa com fim da estabilidade para novos servidores

O Ministério da Economia apresentou os pontos da proposta de Reforma Administrativa, chamada de “Nova Administração Pública”. O anúncio ocorreu na quinta-feira (3/8), durante coletiva à imprensa, com participação do secretário especial da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do ME, Caio Mário Paes de Andrade; do secretário especial adjunto, Gleisson Rubin; e do secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal, Wagner Lenhart. O texto foi entregue à Câmara dos Deputados e tramita como PEC 32/2020.

De acordo com o governo, as mudanças devem valer apenas para futuros servidores. A União pretende reduzir gastos com pessoal, criar novas formas de contratação no serviço público, acabar com o Regime Jurídico Único, proibir progressões e promoções exclusivamente por tempo de serviço, reduzir o número de carreiras no funcionalismo, além de flexibilizar as regras de estabilidade e permitir o acúmulo de cargos no serviço público, exceto para atividades típicas de Estado.

Segundo a proposta do Executivo, fica vedado para os futuros servidores:

- a) férias superiores a 30 dias/ano;
- b) adicionais referentes a tempo de serviço, independentemente da denominação adotada;
- c) aumento de remuneração ou de parcelas indenizatórias com efeitos retroativos;
- d) licença-prêmio, licença-assiduidade ou outra licença decorrente



exclusivamente de tempo de serviço, independentemente da denominação adotada, ressalvada, dentro dos limites da lei, licença para fins de capacitação;

e) redução de jornada sem a correspondente redução de remuneração, exceto se decorrente de limitação de saúde, conforme previsto em lei;

f) aposentadoria compulsória como modalidade de punição;

g) adicional ou indenização por substituição, independentemente da denominação adotada, ressalvada a efetiva substituição de cargo em comissão, função de confiança e cargo de liderança e assessoramento;

h) progressão ou promoção baseada exclusivamente em tempo de serviço;

i) parcelas indenizatórias sem previsão de requisitos, valores e parâmetros em lei, exceto para os empregados de empresas estatais, ou sem a caracterização de despesa diretamente decorrente do desempenho de atividades; e

j) a incorporação, total ou parcial, da remuneração de cargo em comissão,

função de confiança ou cargo de liderança e assessoramento ao cargo efetivo ou emprego permanente.

### Mudança estrutural

O objetivo do governo é fazer a em três etapas:

**Fase 1:** Novo regime de vínculos e modernização organizacional da administração pública, por meio de PEC;

**Fase 2:** PLP e PL de gestão de desempenho, PL de consolidação de cargos, funções e gratificações, PL de Diretrizes de carreiras, PL de modernização das formas de trabalho, PL de arranjos institucionais e PL de ajustes no estatuto do servidor; e

**Fase 3:** PLP do Novo Serviço Público - novo marco regulatório das carreiras, governança remuneratória e direitos e deveres do novo serviço público.

### Tramitação da PEC

O texto da Reforma Administrativa precisa ser analisado e aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, antes de virar lei. Nas duas Casas, depende de 2/3 de votos favoráveis, em dois turnos de votação.

## Lançada Jornada Unitária em Defesa dos Serviços Públicos

O vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial da ANFIP, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, participou do lançamento da Jornada Unitária em Defesa dos Serviços Públicos, que aconteceu na quinta-feira (3/8).

Além da ANFIP, parlamentares de oposição, centrais sindicais, Frentes Parlamentares, entidades e servidores defenderam os serviços públicos de qualidade e se posicionaram contra a Reforma Administrativa apresentada

pelo governo (PEC 32/2020).

José Arinaldo criticou a falta de diálogo do governo sobre as profundas mudanças na administração pública e lembrou que a última reforma feita no país foi em 1995. “O único objetivo [da PEC 32/2020] é retirar direitos e diminuir salários dos servidores públicos. Infelizmente, hoje estamos vendo um governo que não tem planos, não tem capacidade para desenvolver o país como deveria

ser desenvolvido. É um governo ineficiente!”, criticou.

Já o assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero, afirmou que a reforma apresentada, sem a mínima interlocução, sem diálogo, “é um retrocesso gigantesco, que vai causar o loteamento do serviço público federal, atingir frontalmente os servidores do Poder Executivo da União e, simplesmente, não resolve a questão dos supersalários”.

## Lançados novos Cadernos de Reforma Administrativa

O Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), do qual a ANFIP é integrante, e a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público lançaram nesta quinta-feira (3/9) os exemplares 9 e 10 dos Cadernos da Reforma Administrativa, que abordam, respectivamente, normas fiscais brasileiras e planejamento público.

São basicamente cinco eixos que compõem o espectro de temas abordados pelos Cadernos: (1) dimensões relevantes da administração pública federal; (2) áreas de atuação governamental e carreiras estratégicas no setor público; (3) fundamentos da ocupação no setor público; (4) política nacional de recursos humanos no setor público capaz de promover e incentivar a profissionalização da burocracia pública a partir do conceito de ciclo laboral; e (5) republicanação e democratização das estruturas e formas de funcionamento dos aparatos governamentais, com planejamento governamental participativo, gestão pública democrática, controles burocráticos do Estado voltados para a transparência dos processos decisórios, efetividade das ações públicas e institucionalização da participação social em todas as etapas dos circuitos decisórios das políticas públicas.



Clique abaixo e confira todas as publicações lançadas:

Caderno 1 – [O debate sobre produtividade e os caminhos para o crescimento econômico no Brasil](#)

Caderno 2 – [O ciclo laboral no setor público brasileiro](#)

Caderno 3 – [A regulamentação do direito de negociação coletiva e de greve no setor público](#)

Caderno 4 – [A verdade sobre os números do emprego público e o diferencial de remunerações frente ao setor privado no Brasil](#)

Caderno 5 – [Qualificando o debate sobre os diferenciais de remuneração entre setores público e privado no Brasil](#)

CADERNO 6 – [Gestão e avaliação de desempenho no setor](#)

[público brasileiro: aspectos críticos e discussão sobre as práticas correntes](#)

CADERNO 7 – [Gestão de pessoas e avaliação de desempenho no setor público brasileiro: crítica à proposta fiscal-gerencialista da Reforma Administrativa e diretrizes para um modelo de Estado orientado à reflexividade, inovação e efetividade](#)

CADERNO 8 – [Liberdade de expressão dos servidores públicos: Nota Técnica n. 1556 da CGU e assédio institucional](#)

CADERNO 9 – [Aperfeiçoamento das normas fiscais brasileiras](#)

CADERNO 10 – [Essencialidade do planejamento público e capacidade governativa no Brasil: aporias e utopias para um mundo pós-pandêmico](#)

## BENEFÍCIOS

### Associado é contemplado em sorteio de plano odontológico

Geremias Ferreira da Silva, de São Paulo, é o associado ganhador de um ano de plano odontológico, Odontoprev, parceiro da plataforma de benefícios ANFIP tem +Vantagem. O sorteio foi realizado na terça-feira (1º/9) pela MarktClub.

E se você ainda não ativou sua conta na plataforma, corra e aproveite todos os descontos, oferecidos exclusivamente para os associados, em produtos e serviços em centenas de estabelecimentos. Acesse aqui: <https://anfip.temvantagens.com.br/login>.



### Associados têm bônus exclusivo na Chevrolet

Não deixe de conferir as condições imperdíveis da tabela de setembro da Chevrolet. Neste mês, por meio do programa Amigos Chevrolet, a parceira dos

convênios da ANFIP oferece bônus e descontos especiais em diversos modelos 0km. Conquiste seu desconto de independência!

Confira a tabela completa,

com todos os modelos, na área dos convênios: [anfip.temvantagens.com.br](http://anfip.temvantagens.com.br). Para mais informações ligue nos ramais de atendimento (11) 4550-4179 e (11) 4550-4178.

## TRIBUTÁRIA

# Reforma é oportunidade para reorganizar sistema de impostos e tributar de forma justa

A Reforma Tributária e o Pacto Federativo foram o tema da Live – Série ANFIP, realizada na quarta-feira (2/9), com transmissão pelos canais da ANFIP no Youtube e no Facebook. A edição contou com participação do deputado federal Mauro Benevides Filho (PDT/CE); do presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi; e do presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim), Célio Fernando de Souza Silva.

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, que iniciou o debate, explicou que todas as vezes em que se fala em Reforma Tributária acaba se emperrando na questão federativa, na questão das competências de cada ente federado. “Nos últimos anos, nós temos debatido muito a valorização da Administração Tributária e das formas de tributação. A Reforma Tributária não pode ser voltada apenas para a simplificação, mas também para uma reorganização ampla, geral e irrestrita do sistema tributário nacional. A simplificação é extremamente importante, mas apenas isso não resolve os nossos problemas”, ressaltou.

Décio Lopes destacou pontos importantes que devem ser considerados pelo Parlamento na formulação do novo modelo do sistema de impostos do país. “Que seja estudada a possibilidade de tributar as grandes riquezas estocadas, que não têm função social nem produtiva, a tributação de lucros e dividendos, a readequação da tabela do Imposto de Renda e suas respectivas alíquotas. Que seja observado o princípio da capacidade contributiva, em que paga mais quem pode mais e paga menos quem pode menos. Mas que todos paguem, porque com todos pagando é possível que todos paguem menos, e que aumente a arrecadação sem aumento de carga tributária”, frisou. O



resultado disso, defendeu ele, é que se tenha justiça fiscal e tributária.

Para o deputado Mauro Benevides, a Reforma Tributária deve ser ampla, não se resumir a unificar impostos. “Fazer um sistema tributário mais justo é fundamental. É preciso ir além da simplificação e estabelecer, por exemplo, a incidência do imposto sobre propriedade”, disse, destacando que, ao adquirir um carro, o contribuinte paga impostos, já para compras de barcos e aviões, nada se tributa. Ele também defendeu a ampliação do imposto sobre heranças que, nos outros países, é em torno de 35% a 40%. “Somente 13 estados brasileiros cobram a alíquota de 8%, o resto cobra 4% de imposto sobre herança. É um absurdo! A alíquota nos Estados Unidos é de 40%”. E acrescentou: “São impostos que precisam recair sobre os mais ricos, porque há uma concentração de riqueza”.

Sobre a carga tributária, o parlamentar esclareceu que o maior aumento no Brasil ocorreu de 1997 a 2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso, passando de 27% para 32%. “Eu não conheço precedente no mundo inteiro! Fez ajuste no lombo da empresa, no lombo do trabalhador”. E criticou a grande concentração de imposto sobre o consumo, sendo

necessário corrigir essa injustiça. “Mais de 65% da carga tributária brasileira é sobre o consumo, impactando os mais pobres, que têm a maior parte da renda destinada ao consumo”.

Mauro Benevides, que integra a Comissão Especial da Reforma Tributária, disse ainda que “a Câmara dos Deputados está atenta em tornar o sistema tributário mais simplificado, mas, também, em torná-lo mais justo”. Em relação ao compartilhamento de tributos entre União, estados e municípios, declarou: “Eu acho que tudo era para ser compartilhado, para evitar essa concentração da União”.

### Participação dos municípios

Glademir Aroldi, presidente da CNM, ressaltou que a Reforma Tributária é necessária para a retomada das atividades econômicas e do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no pós-pandemia. Nesse sentido, defendeu maior participação dos municípios no “bolo tributário”. “Nós somos os que mais prestam serviços públicos à população brasileira. As transferências obrigatórias aos municípios não são suficientes para atender as responsabilidades atribuídas aos gestores locais. Nos últimos treze anos, estamos com a participação ao redor de 19% no bolo tributário, quando deveríamos estar com 23% ou 24%”. [Continua na Próxima Página](#)

Durante sua exposição, Aroldi reforçou a defesa de uma reforma no sistema tributário brasileiro para combater as desigualdades. “Aqui no Brasil, quem paga imposto é o pobre, é a classe mais baixa. A Reforma Tributária é a grande oportunidade para fazer uma reforma justa, adequada e que dê a segurança jurídica que todos nós precisamos. Precisamos taxar as grandes fortunas e melhorar a arrecadação sobre lucros e dividendos. Não vamos concordar, em hipótese alguma, com o não compartilhamento com estados e municípios de todas as receitas da federação brasileira. E na proposta não há previsão do compartilhamento do imposto seletivo”, enfatizou.

Para Célio Souza, presidente da Fenafim, a população deve estar atenta às discussões da Reforma Tributária, pois mexe com a vida das pessoas, com as finanças das famílias, não só do Estado. Ele também defendeu a importância dos municípios nesse debate. “Os municípios estão na ponta, onde os serviços estão sendo prestados para a população”.

Célio Souza acredita que antes de discutir a Reforma Tributária, é preciso discutir o Pacto Federativo. “Tributar

é buscar recursos para viabilizar que o cidadão tenha acesso aos serviços públicos. O Pacto Federativo deveria anteceder todas as discussões sobre reformas. A gente deveria estar discutindo a construção do país, que é básico, e não ficar fazendo ajuste, consertos, reformas. Para construir, é preciso projeto. Isso é Pacto Federativo, é discutir o país, um projeto de Estado. Então, essa discussão deveria anteceder toda a discussão da Reforma Tributária”, afirmou.

Ao analisar as PECs 110/2019 e 45/2019 (Reforma Tributária), que tramitam no Congresso Nacional, o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Cesar Roxo Machado, pontuou que as propostas alteram as competências tributárias de cada ente federativo e afetam o Pacto, pois, a primeira unifica os tributos da União e determina que a competência seja dos estados e, a segunda, retira a competência de todos os entes e cria um comitê gestor. “Ambas têm um problema, pois haverá um período de transição que estabelece concomitância da regra atual com a nova, por um período, gerando conflitos”.

Sobre a carga tributária brasileira, Cesar Roxo defendeu que é necessário

reduzir os impostos sobre o consumo e aumentar a tributação sobre renda e patrimônio. Ele destacou ainda que, independentemente de qual projeto de Reforma Tributária seja aprovado, é fundamental a valorização das Administrações Tributárias. “As Administrações Tributárias valorizadas, integradas e livres de ingerência de governos passageiros são fundamentais para combater a sonegação, a corrupção, o contrabando e o descaminho e assegurar a livre concorrência entre as empresas e a prestação de serviços que a sociedade precisa”, completou.

Márcio Humberto Gheller, vice-presidente Executivo da ANFIP, que também participou do debate virtual, destacou que “esta discussão é ampla e cabe nela muitas angústias e interesses de todos os brasileiros”. Para o vice-presidente, estes debates com o Parlamento, estados e municípios são muito importantes, pois permitem à ANFIP promover bons diálogos e frisou que ainda haverá pela frente diversos eventos da Associação sobre o tema para permitir o amplo debate.

O vídeo completo do debate pode ser acessado [AQUI](#).

## ANFIP divulga informações definitivas sobre litispendências nas execuções dos 3,17%



Após algumas notícias sobre a execução dos 3,17%, a ANFIP divulga nota redigida pelo escritório Mota & Advogados Associados, que explica, de forma detalhada, o andamento das execuções do MS 6864, da Associação, e do MS 4151, da extinta Fenafisp.

O escritório informa acerca da possibilidade de um acordo no processo que hoje é acompanhado pela entidade sindical e que repercutirá na execução da ANFIP, uma vez que aqueles que aceitarem a proposta deverão desistir do MS 6864, exigência feita pela Advocacia-Geral da União.

Assim, além da nota explicativa dos advogados, a Associação divulga a relação de todos aqueles que já foram excluídos por litispendência, onde a situação está descrita na planilha como "EXCLUÍDO MS 6864/LITISPENDÊNCIA nº processo" e aqueles que ainda estão em situação de alegação, ou seja, não foram excluídos e estão sob análise do Superior Tribunal de Justiça, onde a situação está descrita na planilha em fonte azul como "ALEGAÇÃO LITISPENDÊNCIA nº do processo".

Conforme informação do escritório Mota & Advogados Associados, aqueles que ainda possuem situação de litispendência alegada entre os MS 6864 e 4151 e optarem por aderir ao acordo na execução da extinta Federação, deverão formalizar a desistência junto à Associação, assinando o termo disponível abaixo.

Já aqueles que não pretenderem seguir com o acordo, deverão estar cientes que, em breve, o STJ dará uma decisão sobre a existência ou não de litispendência entre os processos e, se o Tribunal entender que há duplicidade de execuções, haverá condenação em honorários sucumbenciais conforme a regra do Novo Código de Processo Civil.

Documentos:

- [Nota Mota & Advogados Associados](#)

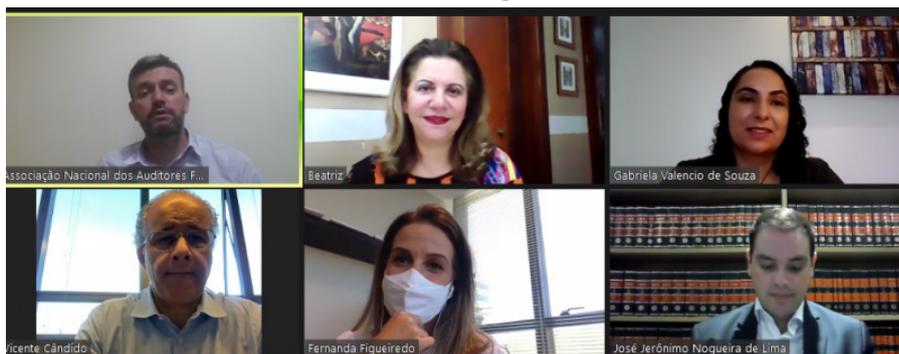
- [Termo de Desistência 3,17%](#)

- [Relatório Litispendência MS 6864](#) (para localizar seu nome, aperte a tecla Ctrl + a letra F e digite o nome)

## ANFIP se reúne com escritório Innocenti para discutir viabilidade de acordo nas execuções da GIFA

O vice-presidente Executivo da ANFIP, Márcio Humberto Gheller, e a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, e o advogado Rodrigo Cartafina se reuniram, na quinta-feira (3/9), com representantes do escritório Innocenti Advogados Associados para ajustar os próximos passos em relação a um possível acordo extrajudicial referente à ação da GIFA com a Advocacia Geral da União (AGU).

Na ocasião, ficou acordado que o escritório Innocenti, patrono da referida ação, fará o contato com a Câmara de Conciliação e Arbitragem



da Administração Federal, órgão responsável por conduzir procedimentos administrativos de conciliação dentro da estrutura da AGU, para discutir a possibilidade de pedido de instauração

de procedimento conciliatório.

Pelo escritório, participaram da reunião os advogados Vicente Cândido, Fernanda Figueiredo, Gabriela Valencio de Souza e José Jerônimo de Lima.

## ANFIP presente no último episódio da série de debates 'Nosso SUS'

O último episódio da minissérie virtual em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), que abordou "O SUS e a Covid-19", foi realizado na quinta-feira (3/9) e contou com a participação do presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes. Para contribuir com o debate, estiveram ainda o deputado federal Zacharias Calil (DEM/GO); a ex-ministra da Saúde, Lenir Santos; a médica e ex-secretária Executiva do Ministério da Saúde, Ana Sóter; e a presidente do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Contas (CNPGC) e procuradora-geral do Ministério Público de Contas do Estado de Pernambuco (MPC-PE), Germana Laureano.

Décio Lopes, ao se pronunciar, explicou as semelhanças entre os sistemas de saúde públicos no país. "O SUS está inserido no conceito de Seguridade Social trazido na Constituição de 1988, de ser um amplo sistema de proteção social que compreende um conjunto integrado de ações e iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade. Portanto, a sociedade deve participar ativamente da Seguridade, no sentido de assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social".

O presidente da ANFIP também defendeu o fortalecimento do Estado, responsável por promover os serviços públicos para a população. "Não adianta privatizar, haja vista que nem sempre corresponde à melhoria da prestação de serviço, muitas vezes sucateado. É por meio do Estado que virão as soluções para

os problemas do país. Independentemente de seu tamanho, o Estado deve prestar os serviços que se propôs desde a sua formação". E completou: "todos reconhecem a importância do Sistema Único de Saúde, que é o verdadeiro salvador de vidas, principalmente neste momento de pandemia. A ANFIP se orgulha de ter contribuído de forma positiva para a realização desta jornada de debates pelo fortalecimento e defesa do SUS. Para nós, que vimos há quase 20 anos debatendo as receitas da Seguridade Social, seu financiamento e manutenção, debater o SUS é muito gratificante".

O deputado Zacharias Calil, que também é membro da Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19, ressaltou a necessidade de fortalecer os conselhos de saúde municipais e estaduais, para que eles sejam os órgãos fiscalizadores de todos os recursos que vão para a Saúde. Lenir Santos, no mesmo sentido, defendeu a saúde pública como prioridade e ressaltou que a sociedade, junto ao Congresso Nacional, precisa fiscalizar e defender o sistema de saúde.

A procuradora Germana Laureano enfatizou que o SUS é de todos nós. "A dimensão republicana do direito à saúde, de não ser visto como item de mercado, é o SUS. Foi uma conquista civilizatória da Constituição de 1988 que precisa ser mantida, buscada e defendida por todo cidadão brasileiro".

Para a médica Ana Sóter, neste momento de pandemia da Covid-19,

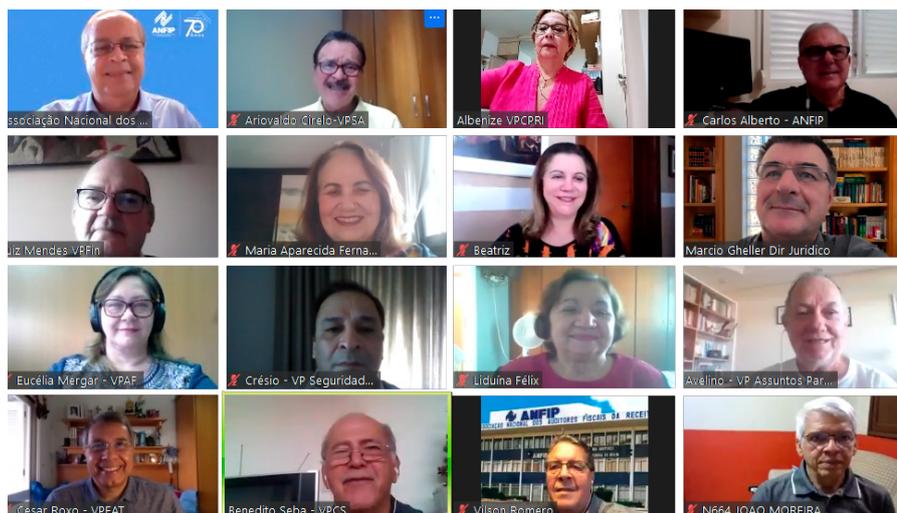
faltou maior presença do governo federal em todas as etapas. "Tinha a obrigação constitucional de estar coordenando o processo, planejar uma ação conjunta nacional para o enfrentamento do maior problema de saúde pública que já vivemos em nosso país. Isso terminou pesando muito nos gestores estaduais e municipais, porque ao não coordenar, deixou os gestores totalmente à mercê de um mercado perverso na questão de adquirir respiradores e testes. Esse contexto é muito importante de ser avaliado pelos órgãos de controle social, pelos atores políticos, pelo Congresso, porque ao passar por esta tragédia é importante que a gente responsabilize quem efetivamente se omitiu de salvar vidas".

### Próximos debates

No fim do evento, o jornalista da Agência Servidores Umberto Goulart anunciou o lançamento da nova minissérie 'Nosso Estado', que contará com 8 episódios e vai abordar temas como Reforma Administrativa. "Queremos saber, por exemplo, qual o tamanho do nosso Estado comparado ao resto do mundo, qual o volume de servidores que nós temos, quais as competências queremos na prestação do serviço público, como o resto do mundo lida com as suas estruturas e máquinas públicas". As datas do projeto ainda serão divulgadas.

O debate completo do 6º episódio do Nosso SUS você confere [AQUI](https://nossosus.com.br/). Para mais informações, acesse <https://nossosus.com.br/>.

## Conselho Executivo promove reunião extraordinária



O Conselho Executivo da ANFIP realizou reunião extraordinária na quinta-feira e sexta-feira, dias 3 e 4/9, para discussão de ampla pauta com assuntos de interesse dos associados. O encontro aconteceu por videoconferência, respeitando as medidas de isolamento

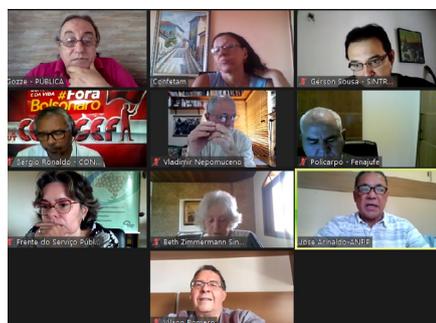
devido à Covid-19.

A abertura do encontro foi realizada pelo presidente da ANFIP, Décio Lopes, que destacou o trabalho que tem sido feito em defesa do serviço público junto ao Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

Décio Lopes enfatizou a importância de produzir conteúdos relativos à Reforma Administrativa. “Temos que apresentar fatos concretos e números para combater as fake news que têm sido apresentadas por institutos de iniciativa privada que foram contratados para prestar consultorias para a Câmara dos Deputados e para o Ministério da Economia”, completou.

Durante os dois dias foram deliberados diversos assuntos, dentre eles: apresentação do termo aditivo ao contrato com a empresa Centro Sul para a realização do XVII Encontro Nacional; assuntos relacionados aos serviços assistenciais; planejamento de ações para a consolidação de novos associados; campanha salarial; incorporação do Bônus de Eficiência e paridade; assuntos jurídicos; assuntos fiscais; possibilidade de convênio com a Cooperforte; e assuntos gerais.

## “É importante ter unidade na luta”, destaca ANFIP em reunião da Frente do Serviço Público



Em continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, as entidades que a compõem reuniram-se de forma virtual, na segunda-feira (31/8), para debater as pautas previstas para discussão no Congresso Nacional durante a semana. Estiveram presentes, representando a ANFIP, o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Ao abordar o tema, Vladimir Nepomuceno, consultor político, apresentou um panorama dos trabalhos no Congresso e destacou que ainda não há muitos temas de interesse dos servidores públicos em pauta esta semana. Porém,

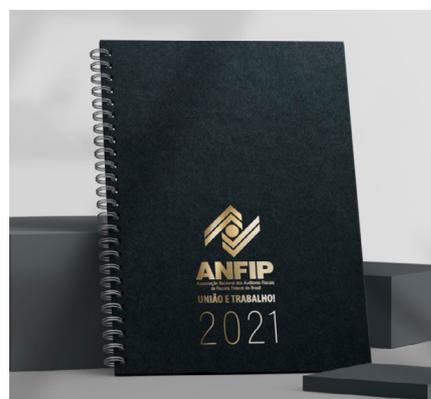
informou que está prevista a apresentação, pelo senador Márcio Bittar (MDB/AC), de um texto substitutivo à PEC 188/19, conhecida como PEC do Pacto Federativo. Segundo o consultor a proposta deverá unificar as PECs 186/19 e 188/19.

Durante a reunião, os representantes das entidades fizeram o chamamento para a participação no evento Jornada Unitária em Defesa do Serviço Público, ocorrido na quinta-feira (3/9), por diversas lideranças e entidades representativas de servidores e empregados públicos, em conjunto com o Núcleo do Trabalho do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara.

Vilson Romero destacou a importância da mobilização das entidades com ações em defesa do serviço público. “Temos que alcançar o maior público possível, fazer uma mobilização nas redes sociais e mostrar que estamos preocupados com a proposta do evento. É importante ter unidade na luta, pois, se cada um quiser ser protagonista e ocupar um lugar sozinho, nós não vamos a lugar nenhum”, completou.

A localidade do próximo webinar da Frente será definida na reunião do dia 14 de setembro.

## Agenda 2021: Envie agora seu pedido para cadastro@anfip.org.br



Associado, já enviou seu e-mail para cadastro@anfip.org.br solicitando a Agenda ANFIP 2021?! O prazo se encerra no dia 5 de setembro. Se ainda não fez seu pedido, envie agora seu nome completo, EXCLUSIVAMENTE para cadastro@anfip.org.br, e aguarde a confirmação.

Como é feito todos os anos, a Agenda só será enviada para aqueles que manifestarem interesse em receber. Ressaltamos que, como as agendas serão produzidas exatamente de acordo com a demanda, elas serão enviadas apenas para aqueles que solicitarem.

## ANFIP moderniza sistema contábil e financeiro da Entidade

O processo de modernização da ANFIP, especialmente por meio de sistemas informatizados de gestão, teve mais um importante passo na terça-feira (1º/9), quando foi apresentada pela Empresa Plano BR o trabalho de desenvolvimento e aperfeiçoamento do Programa de Melhorias do Sistema Informatizado de Acompanhamento da Execução Orçamentária, Contábil e Financeira, denominado MR Contábil. A próxima etapa é a homologação e implantação das melhorias propostas.

Participaram da reunião os consultores técnicos da Plano BR, Carlos Carboneri e Gabriel Aires, o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, os vice-presidentes Márcio Humberto Gheller (Executivo), Luiz Mendes Bezerra (Finanças), Carlos Alberto de Souza (Planejamento e Controle Orçamentário), João Alves Moreira (Administração, Cadastro e Tecnologia da Informação) e Benedito Cerqueira Seba (Comunicação Social), assim como Moisés Prado e Leonel Ferraz, do Departamento Financeiro da Entidade, principais usuários do sistema operacional.

Para Décio Lopes, o trabalho de modernização da Entidade é importante para todos os setores e gestores. “Esse investimento é importante não para atual gestão, mas para as futuras que vierem a assumir a Entidade”, destacou.

### Breve Histórico

O sistema MR Contábil foi concebido pela ANFIP no intuito de aprimorar os controles técnicos operacionais, a fim de fornecer informações orçamentárias, contábeis e financeiras de forma ágil e integrada, em tempo real, através de uma ferramenta amigável, robusta e funcional.



O sistema, idealizado na gestão 2015/2017, é peça chave no controle orçamentário, contábil e financeiro da Entidade. A nova proposta de manutenção evolutiva a que está encarregada a empresa Plano BR contempla evoluções de integração com sistemas existentes, segurança da informação, estabilidade, escalabilidade e resiliência, traduzindo-se em maior produtividade para os usuários, aderência às normas vigentes e aos controles indispensáveis ao exercício da Auditoria Interna.

Nesta etapa do Programa de Melhoria, vale ressaltar alguns pontos trabalhados:

- 1 – Disponibilização de novos relatórios operacionais e gerenciais;
- 2 – Implantação do sistema de versionamento para o desenvolvimento, manutenção e aplicação;
- 3 – Nova infraestrutura tecnológica, com a segmentação dos ambientes de desenvolvimento, homologação e produção;
- 4 – Mudança de tecnologia de front-end, proporcionando melhor usabilidade ao sistema e melhor desempenho, além de fornecer um novo layout responsivo, com a possibilidade de uso em dispositivos móveis;

5 – Melhorias relacionadas à segurança da informação.

Além dos itens detalhados acima, cabe salientar que foram executadas manutenções relacionadas à segurança, consultorias técnicas, correções de bugs, melhorias em infraestrutura de cada ambiente, processamento de dados em lote e inserção de pequenas funcionalidades.

É importante ressaltar que o MR Contábil se assemelha aos sistemas de governo, devido a sua característica de gerenciamento da peça orçamentária, vinculada à rotina contábil e financeira. O sistema é capaz de produzir controles que auxiliam os gestores nas tomadas de decisão e, principalmente, no acompanhamento da execução orçamentária e financeira, além de prover informações valiosas para a equipe de Auditoria Interna.

Convém registrar que, quando da concepção do sistema, era inimaginável a situação de pandemia que assola o mundo e que o convívio com esta nova realidade só veio a confirmar a correção quanto aos investimentos feitos, por possibilitar a execução de qualquer ambiente físico com acesso à internet.

## Novas inscrições para o Curso de Plataformas Digitais serão para lista de espera

A Fundação ANFIP informa que continuará aceitando inscrições para o Curso de Plataformas Digitais. Porém, não há previsão de realização das aulas devido a indisponibilidade de agenda

da instrutora Manuela Leite. Será feito o possível para que as turmas 4 e 5, já preenchidas, recebam o curso on-line a partir desta quinta-feira (3/9). Em breve serão divulgadas novas informações.



## ESTADUAL

### ANFIP cumprimenta chapa eleita em cerimônia de posse da ANFIP-MG



A posse dos membros da nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Estadual da ANFIP em Minas Gerais (ANFIP-MG) foi realizada na terça-feira (1º/9), dando início à gestão 2020/2022. Diante da excepcionalidade do cenário provocado pela pandemia da Covid-19, a cerimônia foi realizada de forma virtual, com transmissão pelo YouTube e pelo Facebook da Associação mineira.

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, cumprimentou os eleitos, bem como a equipe da Comissão Eleitoral, relembando sua época de ANFIP-MG, entre 2014 e 2016, e agradecendo a oportunidade de ter ajudado a entidade a implementar o Manual de Orientação dos Procedimentos de Controle Interno da área Financeira da Estadual, que trouxe transparência para as contas. “Qualquer que fosse a chapa vencedora teria o apoio integral da ANFIP nacional.

Tenho certeza de que a ANFIP-MG estará em boas mãos, com respeito, união e trabalho”, completou.

Décio Lopes continuou seu discurso relatando o papel que a Entidade nacional está realizando atualmente. “Estamos, na ANFIP, administrando como se fosse nosso próprio patrimônio. Nossas entidades estão acima de seus dirigentes. Todos aqueles que se tornam dirigentes de uma entidade de classe devem ter a consciência de seu dever fiduciário. Devemos ser depositários fiéis da confiança de nossos participantes. Neste sentido, todo o Conselho, sob a batuta da União e Trabalho, tem levado a ANFIP a um patamar de organização que motivou nossos colaboradores. O nosso Conselho está unido no objetivo de trazer à ANFIP a continuidade do seu estado de excelência, conquistado ao longo dos seus 70 anos”.

Segundo o presidente, em meio à pandemia, a administração a distância é ainda mais desafiadora, mas não abala a missão da Associação. “Não deixamos de levar à frente os objetivos da ANFIP, nem de participar com as demais entidades do Fisco de discussões sobre as Reformas Tributária e Administrativa, conquistando aos poucos o que consideramos ideal, como o veto do Regime de Capitalização na Reforma da Previdência. Continuamos no firme propósito de, ao final da nossa gestão, recuperarmos toda a situação financeira, administrativa e patrimonial deixada no início de 2017”, finalizou.

Acompanharam ainda a cerimônia, os vice-presidentes Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais), Albenize Gatto Cerqueira (Cultura Profissional e Relações Interassociativas), Benedito Cerqueira Seba (Comunicação Social), Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais), José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Política Salarial), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas), Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões) e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero.

A lista da nova Diretoria pode ser conferida [AQUI](http://www.anfip.org.br).